

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025
(Da Sra. Deputada Federal LAURA CARNEIRO)

Dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Informação para a Proteção Integral à Infância e à Adolescência (SPIAA) e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica criado o Sistema Nacional de Informação para a Proteção Integral à Infância e à Adolescência (SPIAA), no âmbito da União, como ferramenta de controle, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas de promoção e proteção social de crianças e adolescentes.

Parágrafo único. A implementação desta Lei observará as diretrizes e preceitos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008 (Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem), da Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância), e da Lei nº 14.880, de 4 de junho de 2024, que institui a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de Zero a Três Anos (Atenção Precoce), com vistas a garantir a proteção integral e a prioridade absoluta às crianças na primeira infância.

Art. 2º O Sistema ora instituído tem como objetivo geral a centralização de dados relacionados à proteção integral da criança e do adolescente e os seguintes objetivos específicos:

I - coligir, sistematizar e divulgar dados e informações referentes ao atendimento a crianças e adolescentes por órgãos da administração pública, conselhos tutelares, organizações não governamentais e demais entidades privadas voltadas à proteção da infância e da adolescência;



II - democratizar o processo de fiscalização, controle, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de proteção e promoção da infância e da adolescência;

III - fomentar a participação da sociedade civil na elaboração e controle das políticas públicas voltadas à infância e à adolescência, e

IV - viabilizar e promover a integração entre órgãos da administração pública, conselhos tutelares, organizações não governamentais e demais entidades privadas voltadas à proteção da infância da adolescência, para fins de monitoramento das políticas públicas para crianças e adolescentes.

Art. 3º A organização, divulgação e o acesso às informações previstas neste artigo deverão observar as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), garantindo a segurança e a privacidade dos dados tratados.

Art. 4º O Poder Público produzirá, para os efeitos desta Lei, um indicador de promoção social de crianças e de adolescentes, de base territorial desagregada, no mínimo, ao nível dos municípios.

§ 1º Para a composição dos indicadores de promoção social serão considerados, entre outros:

I – a quantidade de crianças e adolescentes atendidos pelos serviços de assistência social;

II - a quantidade de crianças e adolescentes em situação de rua;

III - a oferta e a ocupação de vagas em instituições de acolhimento;

IV - a qualidade e o alcance da educação básica, com especial atenção ao ensino infantil e fundamental;

V - a aplicação de medidas protetivas previstas na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VI - o acesso de crianças a atividades culturais e de lazer;



VII - a inserção de crianças com deficiência ou mobilidade reduzida na educação básica.

Art. 5º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão aderir ao Sistema Nacional de Informação para a Proteção Integral à Infância e à Adolescência, compatibilizando seus sistemas estaduais ou municipais de informações, bem como observatórios já constituídos, às diretrizes e aos padrões estabelecidos em decorrência desta Lei, sem prejuízo da coordenação com o Sistema de Informação para Infância e Adolescência (Sipia) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), nos termos da Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.

§ 1º A adesão referida no caput será formalizada por meio de instrumentos próprios, como convênios, acordos de cooperação técnica ou outros mecanismos previstos em lei, conforme regulamentação do Poder Executivo.

§ 2º Os entes que aderirem ao Sistema Nacional deverão observar as normas de interoperabilidade e padronização de dados, visando à integração eficiente das informações e à harmonização das ações voltadas à proteção de crianças, com especial atenção à primeira infância.

§ 3º Será facultada aos entes subnacionais a participação ativa no planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas implementadas no âmbito do Sistema Nacional, mediante a designação de representantes em instâncias de governança e coordenação.

§ 4º As instituições da sociedade civil organizada e as entidades públicas das três esferas de governo poderão contribuir com sugestões, dados e recursos humanos, materiais e institucionais para a efetivação dos objetivos desta Lei, mediante celebração de parcerias, convênios ou acordos com a União.

Art. 6º O art. 2º da Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

.....”



II – zelar pela aplicação da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, bem como das políticas públicas para a primeira infância, de que trata a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016.

.....

XII – instituir e coordenar o Sistema Nacional de Informação para a Proteção Integral à Infância e à Adolescência (SPIAA), que terá como objetivos:

- a) coligir, sistematizar e divulgar dados e informações referentes ao atendimento a crianças e adolescentes por órgãos da administração pública, conselhos tutelares, organizações não governamentais e demais entidades privadas voltadas à proteção da infância e da adolescência;
- b) democratizar o processo de fiscalização, controle, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de proteção e promoção da infância;
- c) fomentar a participação da sociedade civil na elaboração e controle das políticas públicas voltadas à infância;
- d) viabilizar e promover a integração entre órgãos da administração pública, conselhos tutelares, organizações não governamentais e demais entidades privadas voltadas à proteção da infância da adolescência, para fins de monitoramento das políticas públicas para a infância e adolescência.” (NR)

“Art. 2º-A Os órgãos públicos, os conselhos tutelares, as organizações não governamentais e demais entidades privadas voltadas à proteção da infância e da adolescência notificarão compulsoriamente o Conanda dos atendimentos a crianças e adolescentes em situações de risco, vulnerabilidade ou violação de direitos, agregados na forma e nos prazos estabelecidos em regulamento.

§1º As notificações compulsórias de que trata o caput serão recebidas através do Sistema Nacional de Informação para a Proteção Integral à Infância e à Adolescência (SPIAA).

§2º O Conanda promoverá a divulgação de dados, relatórios e pareceres técnicos a partir das notificações de que trata o caput.

§3º O Poder Público produzirá, com base nas notificações compulsórias de que trata o caput e em outras informações pertinentes, um indicador de promoção social de crianças e de adolescentes, de base territorial, desagregado, no mínimo, no nível dos municípios



§4º A organização, divulgação e o acesso às informações previstas neste artigo deverão observar as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), garantindo a segurança e a privacidade dos dados tratados.”

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei propõe a criação do Sistema Nacional de Informação para a Proteção Integral à Infância e à Juventude, com o objetivo de centralizar e organizar informações relacionadas às políticas públicas de proteção e promoção social voltadas para crianças e adolescentes.

A implementação deste Sistema visa aprimorar o monitoramento e a eficiência dessas ações, reduzindo a fragmentação de dados e a subnotificação de casos envolvendo violação de direitos, promovendo o registro sistemático, a notificação obrigatória e o acompanhamento efetivo de situações de risco e vulnerabilidade, a fim de garantir que os preceitos da Lei nº 8.069, de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), sejam efetivamente cumpridos.

A proposta segue as diretrizes da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008 (Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem), da Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância) e da Lei nº 14.880, de 4 de junho de 2024, que institui a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de Zero a Três Anos (Atenção Precoce), bem como os ditames do art. 227 da Constituição Federal, que atribui ao Estado, à família e à sociedade, com absoluta prioridade, o dever de promover um ambiente seguro e saudável para o desenvolvimento pleno dessa faixa etária, livre de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.



A gestão do Sistema proposto será operacionalizada no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda, o qual, embora já possua, dentre outras, a competência de zelar pela aplicação da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, não dispõe de sistema específico para divulgar dados e informações referentes ao atendimento a crianças e adolescentes por órgãos da administração pública, conselhos tutelares, organizações não governamentais e demais entidades privadas voltadas à proteção da infância e da adolescência.

Isto é, a efetiva proteção ainda esbarra em desafios significativos relacionados à inconsistência de informações e à falta de um sistema integrado de registro, notificação e acompanhamento das situações de vulnerabilidade ou violação de direitos. Nesse sentido, o Sistema proposto visa superar essa lacuna, criando uma ferramenta centralizada e interligada para o registro, notificação e acompanhamento de casos relacionados à proteção de crianças e adolescentes em todo o território nacional. Essa integração possibilitará não apenas o rápido diagnóstico de situações de violação de direitos, mas também o planejamento e a execução de políticas públicas mais eficazes, baseadas em evidências e adaptadas às necessidades regionais.

A implementação do Sistema permitirá que as situações de risco, violência e violação de direitos sejam devidamente registradas, notificadas e acompanhadas pelas autoridades competentes, promovendo maior eficácia na aplicação de políticas públicas de proteção. Além disso, fomentará a transparência e o controle social ao permitir que a sociedade civil acompanhe a execução das políticas públicas, avalie resultados e participe ativamente de decisões e da fiscalização.

A interoperabilidade entre os órgãos públicos, conselhos tutelares, entidades da sociedade civil e outros parceiros estratégicos será um dos pilares do Sistema, promovendo o compartilhamento ágil e seguro de informações. Isso resultará na otimização de recursos e na ampliação do impacto das políticas protetivas, contribuindo para uma resposta mais coordenada e eficiente. Isto é, a disponibilização de dados precisos e atualizados permitirá uma gestão pública mais eficiente, subsidiando a



formulação, execução e avaliação de políticas públicas baseadas em evidências.

Outro aspecto relevante é a promoção da transparência e do controle social. A partir da integração das informações no Sistema, a sociedade civil poderá acompanhar e avaliar a execução das políticas públicas, participando ativamente do processo decisório e da fiscalização das ações voltadas à infância e adolescência. Isso resultará em uma maior legitimidade das iniciativas governamentais e no fortalecimento do papel democrático das instituições.

O Projeto também valoriza a capacitação contínua dos profissionais que atuam na rede de proteção, garantindo que estejam preparados para utilizar metodologias modernas, baseadas em boas práticas e evidências científicas. Dessa forma, será possível oferecer um atendimento mais qualificado, respeitando os direitos humanos e alinhando-se às diretrizes nacionais e internacionais.

Cabe destacar que as instituições da sociedade civil organizada e as entidades públicas das três esferas de governo poderão contribuir com sugestões, dados e recursos humanos, materiais e institucionais, mediante celebração de parcerias, convênios ou acordos com a União. Ademais, o Projeto observa as disposições da Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), garantindo segurança no tratamento das informações.

Em suma, o Sistema Nacional de Informação para a Proteção Integral à Infância será um marco na garantia dos direitos de crianças e adolescentes, ao reduzir a subnotificação de violações, promover o monitoramento contínuo das ações de proteção e subsidiar o aprimoramento das políticas públicas. Em face da relevância e da urgência dessa medida, que visa garantir a plena eficácia das políticas públicas de proteção à infância e à adolescência, solicitamos a apreciação e aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 03 de fevereiro de 2025.





Deputada Federal LAURA CARNEIRO

2024-17695

8

Apresentação: 03/02/2025 18:46:36.307 - Mesa

PL n.173/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254699265700>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro

